



ARTICULAÇÃO ENTRE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL NO ENSINO MÉDIO: UMA ESTRATÉGIA PARA POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Andréia M. Cunha¹

Elzelina D. Santos²

Iara P. Viana³

Karla C. Cerqueira⁴

Mariana P. A. S. Brandão⁵

Rogéria C. Alves⁶

Resumo: O campo das políticas públicas educacionais configura-se como espaço de tensões e debates que reverberam emergências postas pelas desigualdades sociais e educacionais. Desigualdades estas decorrentes de fatores históricos e políticos que precisam ser colocados em pauta mediante o desafio de formular projetos e propostas pedagógicas para a educação básica, especialmente no âmbito da escola pública. Ainda, ao considerar a necessidade de articular conteúdos e práticas docentes, capazes de abarcar as diversidades, sobretudo a diversidade étnico-racial, outros desafios são postos ao campo de proposição de políticas públicas. A articulação entre iniciação científica e a promoção da igualdade racial se apresenta neste cenário como alternativa metodológica e política em resposta a estes desafios. Este artigo visa apresentar o processo de formulação dessa metodologia, bem como estratégias institucionais possíveis para a sua implementação no campo da gestão educacional pública.

Palavras-chave: políticas públicas educacionais; relações étnico-raciais; iniciação científica; história afro-brasileira.

ARTICULATION BETWEEN SCIENTIFIC INITIATION AND PROMOTION OF RACIAL EQUALITY IN MIDDLE SCHOOL: A STRATEGY FOR PUBLIC EDUCATIONAL POLICIES

Abstract: The field of educational public policies is a space of tensions and debates that reverberate emergencies brought about by social and educational inequalities. These inequalities stem from historical and political factors that need to be addressed through the challenge of formulating projects and pedagogical proposals for basic education, especially within the public school. Still, when considering the need to articulate contents and teaching practices, capable of

¹ Doutoranda em Educação, Conhecimento e Inclusão Social FaE/UFMG - Analista Educacional SEE/MG.

² Mestranda Profissional na linha de pesquisa Educação Ensino e Humanidades – UFMG/FAE - Assessora Educacional SEE/MG.

³ Doutoranda em Lazer, Cultura e Educação - UFMG - Superintendente de Temáticas e Modalidades Especiais de Ensino SEE/MG.

⁴ Graduanda em Filosofia PUC/MG - Técnico Educacional SEE/MG.

⁵ Especialista em políticas públicas e gestão governamental SEE/MG.

⁶ Doutoranda em História Social da Cultura - UFMG - Analista Educacional SEE /MG.



embracing diversity, especially ethnic-racial diversity, other challenges are put in the field of public policy proposition. The articulation between scientific initiation and the promotion of racial equality presents itself in this scenario as a methodological and political alternative in response to these challenges. This article aims to present the process of formulation of this methodology, as well as possible institutional strategies for its implementation in the field of public educational management.

Keywords: public educational policies; ethnic-racial relations; scientific research; afro-brazilian history.

ARTICULATION ENTRE INITIATION SCIENTIFIQUE ET PROMOTION DE L'EGALITE RACIALE A L'ECOLE SECONDAIRE: UNE STRATEGIE POUR LES POLITIQUES PUBLIQUES EDUCATIVES

Résumé: Le domaine des politiques publiques éducatives est un espace de tensions et de débats qui se répercutent sur les situations d'urgence engendrées par les inégalités sociales et éducatives. Ces inégalités découlent de facteurs historiques et politiques qui doivent être abordés à travers le défi de la formulation de projets et de propositions pédagogiques pour l'éducation de base, en particulier au sein de l'école publique. Cependant, quand on considère la nécessité d'articuler des contenus et des pratiques d'enseignement, capables d'embrasser la diversité, en particulier la diversité ethno-raciale, d'autres défis se posent dans le domaine de la proposition de politiques publiques. L'articulation entre initiation scientifique et promotion de l'égalité raciale se présente dans ce scénario comme une alternative méthodologique et politique face à ces défis. Cet article vise à présenter le processus de formulation de cette méthodologie, ainsi que les stratégies institutionnelles possibles pour sa mise en œuvre dans le domaine de la gestion de l'éducation publique.

Mots-clés: politiques éducatives publiques; relations ethno-raciales; initiation scientifique; histoire afro-brésilienne.

ARTICULACIÓN ENTRE INICIACIÓN CIENTÍFICA Y PROMOCIÓN DE LA IGUALDAD RACIAL EN LA ENSEÑANZA MEDIA: UNA ESTRATÉGIA PARA POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONALES

Resumen: El campo de las políticas públicas educativas se configura como espacio de tensiones y debates que reverberan emergencias puestas por las desigualdades sociales y educativas. Desigualdades éstas derivadas de factores históricos y políticos que necesitan ser colocados en pauta mediante el desafío de formular proyectos y propuestas pedagógicas para la educación básica, especialmente en el ámbito de la escuela pública. Además, al considerar la necesidad de articular contenidos y prácticas docentes, capaces de abarcar las diversidades, sobre todo la diversidad étnico-racial, otros desafíos se plantean al campo de proposición de políticas públicas. La articulación entre iniciación científica y la promoción de la igualdad racial se presenta en este escenario como alternativa metodológica y política en respuesta a estos desafíos. Este artículo pretende presentar el proceso de formulación de esa metodología, así como estrategias institucionales posibles para su implementación en el campo de la gestión educativa pública.

Palabras-clave: políticas públicas educativas; relaciones étnico-raciales; iniciación científica; historia afro-brasileña.

INTRODUÇÃO



A necessidade de um pensamento pedagógico que contemple elementos históricos, sociais, políticos, territoriais e culturais da diversidade étnico-racial brasileira, apontam ao Sistema Educacional Nacional, desafios que se estendem da gestão escolar e ação docente ao processo de formulação de políticas educacionais específicas. As recentes ações da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais demonstram as dimensões deste desafio e os coloca em diálogo com as estruturas burocráticas e de gestão sob as quais a educação básica se organiza.

Por meio de ações como a campanha “*Afroconsciência: com essa história a escola tem tudo a ver*”⁷, a gestão estadual visa trabalhar para a efetivação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), alterada pela Lei n.10.639 de 2003 - que estabelece a obrigatoriedade da inclusão no currículo oficial da Educação Básica da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana". O cumprimento dessa lei articula-se com a promoção da equidade racial no Brasil, e ainda chama a atenção da sociedade para a necessidade de valorização de uma parte fundamental da cultura e história de nosso país.

Decorrente das lutas dos movimentos sociais, essa alteração da LDB coloca em evidência a necessidade de novas configurações curriculares e pedagógicas do ensino na Educação Básica, sobretudo no que se refere à herança histórica do Brasil para com a população afrodescendente. Instruir os cidadãos acerca do panorama histórico e social ao qual foi relegada a comunidade negra, em decorrência do regime de trabalho escravista no Brasil, é um compromisso necessário a ser assumido pelos sistemas educacionais.

O projeto UBUNTU/NUPEAAs – Núcleo de Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora - da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais foi construído a partir desta perspectiva e contempla os conteúdos de ordem científica que estão relacionados com os saberes de origem africana e afro-brasileira. Este artigo visa apresentar o percurso propositivo dessa política pública com enfoque no desenvolvimento de ações pedagógicas de promoção da igualdade racial, pautada na formação cidadã dos jovens da Rede Pública Estadual de Ensino de Minas Gerais e no

⁷ Campanha lançada pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, em 2015, cujos objetivos principais são reconhecer e valorizar a história e cultura dos africanos na formação da sociedade brasileira. Veja o vídeo da Campanha disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9bnM-_3dyQs. Acessado em 18/11/2017



reconhecimento da diversidade como elemento preponderante para o desenvolvimento escolar.

O projeto UBUNTU/NUPEAAs, cujo enfoque é a introdução da iniciação científica no ensino médio, é aqui interpretado como ferramenta de reflexão sobre a temática étnico-racial no processo escolar da educação básica e também como estratégia de inclusão dos jovens negros no cenário acadêmico e de pesquisa.

O CONTEXTO ESCOLAR E A NECESSIDADE DE RECONHECER E VALORIZAR OUTROS SABERES

A escravidão, forma de trabalho forçada que foi a base da economia brasileira por séculos, submeteu negros de origem africana e também seus descendentes às condições subumanas de sobrevivência. Despojados de direitos, esses sujeitos eram considerados propriedade privada de “seus senhores”, alheios à produção de conhecimento formal. Os povos de matrizes africanas tiveram ainda sua cultura, religião, linguagem e quaisquer tipos de saberes absolutamente rejeitados. Deste modo, foram abruptamente submetidos à cultura eurocêntrica, que não reconhecia como legítimo nenhum saber originário dos povos africanos.

O conhecimento do mundo ocidental sobre a África sempre foi precário e por séculos, a Europa alimentou a visão de que a África negra era uma terra estranha e povoada por seres monstruosos. Somente com as grandes navegações pelo Atlântico, no período Moderno, essa visão foi desmantelada. Contudo, a Europa cristã não se desvencilhou dos mitos herdados do período clássico e ainda foram alimentadas comparações entre a cor negra, o diabo e o pecado, por exemplo. (Pantoja, 2011, p.18).

As imagens e estereótipos advindos da escravidão foram perpetuados ao longo do tempo e desconsideram as múltiplas formas de existência dos povos africanos escravizados e de seus descendentes nas Américas. Faz-se necessário destacar, que o estudo da História enquanto disciplina é diferente daquela vivida pelos povos e nesse sentido, “cada época tem suas interpretações históricas, e as interpretações são forjadas segundo os muitos interesses que circundam o mundo naquele momento (Pantoja, 2011, p.19).”.

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na



educação básica, a noção de raça é vista como uma construção social e histórica sobre a identidade negra: “Em primeiro lugar, é importante esclarecer que ser negro no Brasil não se limita às características físicas. Trata-se, também, de uma escolha política. Por isso, o é quem assim se define. [...]” (DCNs ERER, 2004, p. 15). Diante disso, faz-se necessária reflexão e adoção de práticas que visem “descolonizar” o conhecimento escolar (Gomes, 2012), a partir de uma revisão da história, enquanto currículo e enquanto fatos vividos, buscando reconhecer e valorizar saberes não-dominantes e localizar, dentro das estruturas sociais, marcas da dominação/submissão sobre as quais se construiu a ideia de saberes universais e únicos. Este exercício requer o entendimento sobre a construção do conceito de raça e a sobreposição deste conceito construindo na organização social, política e econômica do Brasil.

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. (Quijano, 2008, 118)

A ressignificação do conceito de raça e sua articulação à noção de etnia, revela-se com estratégia política assumida pelos movimentos sociais que ecoa, no âmbito acadêmico, nos estudos que se contrapõem à perspectiva eurocêntrica de construção do conhecimento. Atualmente tem se estudado as chamadas “*Epistemologias do Sul*” – termo utilizado por Boaventura de Sousa Santos em oposição à hegemonia eurocêntrica da construção dos saberes. Assim, são elucidativas as palavras de Santos (2010): “A negação de uma parte da humanidade é sacrificial, na medida em que constitui a condição para a outra parte da humanidade se afirmar enquanto universal”. (Santos, 2010, p. 39).

No contexto educacional brasileiro, entendemos como “sacrificial” as trajetórias educacionais traçadas distintamente entre negros e brancos e os decorrentes índices de desigualdades. Uma das raízes das desigualdades educacionais postas aos negros, diz respeito ao acesso à escolarização. Recordando, aos escravizados não era permitido aprender a ler ou a receber educação, posteriormente, com a abolição formal deste



regime de trabalho, não seu deu a formulação de política pública que corrigisse ou garantisse o acesso desta população ao ensino formal. Ainda, mesmo com a universalização do ensino prevista nas legislações atuais, o quadro de desigualdades é persistente.

De acordo com o SIS/IBGE 2016 há uma evidente disparidade entre o percentual de estudantes brancos e negros que acessam a educação básica. A distância entre o número de estudantes negros matriculados no ensino fundamental e o número de estudantes negros que concluem o Ensino Médio, expressa esta disparidade quando comparado com os percentuais referentes aos estudantes brancos. Enquanto o percentual de acesso de estudantes brancos ao Ensino Fundamental é de 95% contra 94,3 de estudantes negros, no que tange à conclusão do Ensino Médio tem-se o percentual de 71,7% para brancos contra 52,6% para negros, comprovando o quadro de desigualdade que se reproduz ao longo das etapas de escolarização. Esses índices demonstram que, apesar da universalização do acesso à educação, existem dentro das diferentes estruturas escolares – pedagógicas, curriculares e metodológicas – elementos capazes de reforçar as desigualdades.

Fruto do processo histórico de exclusão, os atuais quadros de desigualdades revelam o quanto as dimensões estruturais do racismo e dos processos discriminatórios afetam as trajetórias escolares dos estudantes negros. Dimensões essas que se caracterizam, sobretudo, pela forma como a história africana e dos afro-brasileiros se materializa no currículo escolar da educação básica e como a ideia de inferioridade da raça negra, forjada politicamente à séculos atrás, se perpetua em estereótipos reproduzidos cotidianamente nas relações sociais e culturais, dentro e fora do espaço escolar.

É possível, então, entender as desigualdades educacionais entre negros e brancos como reflexo de um sistema educacional comprometido com as bases epistemológicas de origem eurocêntrica pautadas nos preceitos do colonialismo, sistema político de dominação de um povo sobre o outro, do qual decorre a *colonialidade do poder*⁸ – que opera nas diferentes instâncias sociais no presente. Marcas do discurso colonial estão

⁸ Segundo Quijano (2010, p. 73): A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social quotidiana e da escala societal.



presentes em diferentes estruturas sociais, inclusive na organização da Educação Escolar. Conforme pontua Silva (2010, p. 43), acerca do colonialismo:

Não dá para esquecer que esse foi e é um processo doloroso para os colonizados, uma vez que a dominação dos que se têm como superiores, destacadamente por meio dos sistemas de educação, tem omitido conhecimentos sobre eles próprios, oprimidos, e seu mundo, com o intuito de desenraizá-los e de cultivar mentalidades escravizadas. Tem-lhes sido ensinado que não tiveram história antes da chegada dos europeus, cuja missão foi a de civilizá-los. Isso, uma realidade durante os regimes de escravidão, o do *apartheid* na África do Sul, ainda persiste em diferentes circunstâncias, entre africanos, tanto do continente como da diáspora (Mzamane, 1990; Mugabane, 2007; Moore, 2008).

A organização curricular, com conteúdos construídos a partir das lógicas eurocêntricas, revela o olhar histórico do colonizador europeu em detrimento às perspectivas discursivas dos demais atores integrantes da sociedade brasileira.

O campo das políticas públicas educacionais está tensionado pela necessidade de rever essa construção epistemológica. A ruptura com os preceitos do colonialismo representa um desafio que pressupõe a construção de novas práticas pedagógicas pautadas, sobretudo, na pesquisa, reflexão e redimensionamento do conhecimento. Ressalva-se, no entanto:

É importante desde logo esclarecer que não se trata de abolir as origens europeias da escola da qual todos somos tributários. Com o enegrecimento da educação se propõe escola em que cada um se sinta acolhido e integrante, onde as contribuições de todos os povos para humanidade estejam presentes, não como lista, sequência de dados e informações, mas como motivos e meios que conduzam ao conhecimento, compreensão, respeito recíprocos, a uma sociedade justa e solidária (Silva, 2010, p. 41).

Boaventura de Souza Santos em sua obra “Epistemologias do Sul”, publicada em 2010, inserida no contexto dos estudos pós-coloniais e decoloniais, traz diferentes perspectivas teóricas que versam sobre a a necessidade de considerarmos que a organização do conhecimento e a sua validação por uma dada sociedade ocorre a partir de critérios que perpassam os processos de colonização e dominação vividos, sobretudo, nos países da América Latina. Neste sentido, quando o currículo escolar, no contexto brasileiro, privilegia determinados conteúdos, acaba por reforçar o lugar de subalternidade de determinados grupos dentro do contexto social, o que contribui para a manutenção das desigualdades educacionais.



Os pressupostos da Educação para as Relações Étnico-Raciais previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais (2004) sugerem uma revisão epistemológica do ponto de vista histórico, social, cultural e política ao passo que a Lei n.10.639/03 exige uma reconfiguração curricular pautada nesta revisão.

O reconhecimento da diversidade étnico-racial e também a denúncia das práticas de racismo e discriminação racial, bem como as iniciativas de inserção destes aspectos nas instâncias educacionais, revelam-se como estratégias que favorecem a construção de um conhecimento plural. Para Santos (2010), faz-se necessário inaugurar um pensamento, uma epistemologia, que se organize na radicalidade da presença de elementos culturais, *quer sejam do sul, quer sejam do norte*, (Santos, 2010, grifo nosso), ou seja, uma diversidade epistemológica que reconhece a pluralidade de conhecimento, além do conhecimento científico eurocêntrico.

O sistema educacional mineiro, sobretudo a organização do ensino médio, ganha novo dimensionamento com a introdução da iniciação científica como estratégia pedagógica, curricular e metodológica. Estratégia essa que visa trazer para o contexto escolar a multiplicidade de saberes e as múltiplas possibilidades de construção do conhecimento. Pensada a partir de discussões com distintos grupos, a estratégia de inserção da iniciação científica no fazer pedagógico da educação básica, aliada aos estudos sobre a história da África, dos africanos e da diáspora, dialoga com os preceitos teóricos aqui apresentados.

INICIAÇÃO CIENTÍFICA NO ENSINO MÉDIO E A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: PROJETO UBUNTU/NUPEAAs

O *Projeto Ubuntu/NUPEAAs*, ação que integra a Campanha Afroconsciência da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, constitui uma iniciativa que considera as particularidades inerentes às relações étnico-raciais no contexto escolar, visa contribuir para a diminuição dos índices de evasão escolar, ampliação dos níveis de proficiências e elevação do padrão de qualidade do processo de ensino-aprendizagem, tendo como foco o protagonismo das juventudes que cursam o ensino médio na Rede Estadual de Ensino. Esta ação insere-se dentro de uma conjuntura política cuja agenda prioriza a inserção das premissas da diversidade no âmbito da educação básica. E coloca



em evidência as dinâmicas próprias do processo de construção de políticas públicas, uma vez que se configura como uma micropolítica (Arretche, 2011) na medida em que traz em si elementos que interseccionam-se com diferentes instâncias da organização política, burocrática e da gestão da educação pública

Assim, o Projeto Ubuntu/NUPEAAs, teve a sua constituição pensada no âmbito da formulação de uma política pública de promoção da igualdade racial na Educação Básica, constituindo-se como uma política de ação afirmativa, sendo a sua formulação compreendida em três grandes etapas.

A primeira etapa consistiu no mapeamento das estruturas administrativas da Secretaria de Estado de Educação visando localizar as melhores estratégias operacionais de gestão e de execução financeira para a implementação da proposta nas escolas estaduais. A segunda etapa constitui-se pela sistematização do diálogo com diferentes segmentos: estudantes, professores, pesquisadores ligados às Instituições de Ensino Superior (IES) e representantes de movimentos sociais com o propósito de agregar contribuições ao desenho inicial do projeto Ubuntu/NUPEAAs e aproximar esse desenhos das demandas reais destes sujeitos. A terceira etapa deu-se a partir da construção de parcerias necessárias para a execução da proposta.

A consolidação destas três etapas deu-se ao longo dos anos de 2015 e 2017 e culminou com a publicação do Edital de Seleção de Projetos de Iniciação Científica para a ação Núcleo de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-Brasileiros e da Diáspora – UBUNTU/NUPEAAs, no Ensino Médio da Rede Estadual de Minas Gerais.

Através de atividades de pesquisa de caráter multidisciplinar, o processo de criação dos NUPEAAs norteou-se pelos pressupostos presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, no que tange ao processo de consolidação de políticas de reparação das desigualdades escolares e socioculturais:

Políticas de reparação voltadas para a educação dos negros devem oferecer garantias a essa população de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar, de valorização do patrimônio histórico-cultural afro-brasileiro, de aquisição das competências e dos conhecimentos tidos como indispensáveis para continuidade nos estudos, de condições para alcançar todos os requisitos, tendo em vista a conclusão de cada um dos níveis de ensino, bem como para atuar como cidadãos responsáveis e participantes, além de desempenharem com qualificação uma profissão (DCNs ERER, 2004).



O Projeto Ubuntu/Nupeaas prioriza ações de investigação sobre temas diversos advindos das realidades dos estudantes envolvidos e que estejam correlacionadas ao convívio sociocultural e político das comunidades destes jovens. Essas ações deverão ser desenvolvidas juntamente com um professor orientador da escola, que mediará o processo de investigação e conduzirá as práticas de sistematização e divulgação dos resultados. Os Núcleos contarão, ainda, com a orientação de professores tutores, vinculados às Instituições de Ensino Superior (IES). Os tutores serão responsáveis pelo acompanhamento e orientação metodológica e teórica das pesquisas.

De maneira inovadora e arrojada o Projeto Ubuntu/Nupeaas aposta na interação entre educação básica e ensino superior, de modo que a realidade, os anseios e as trajetórias de vida dos jovens do ensino médio, sobretudo dos estudantes negros, sejam considerados como ferramenta pedagógica capaz de subsidiar o pleno desenvolvimento escolar destes estudantes e favorecer o sucesso escolar e acadêmico destes jovens.

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, por meio dos NUPEAAs, pretende, ainda, instrumentalizar a ação pedagógica de educadores e educadoras da rede pública, com o intuito de promover uma educação que considere a diversidade étnico-racial do país e estimule o combate às práticas racistas naturalizadas em nossa sociedade. Pretende-se também contribuir para a redefinição do sentido da escola e do ensino médio, fortalecendo o protagonismo estudantil e aliando a vivência escolar com as experiências e realidades dos jovens em seus contextos. Configura-se, assim, como uma ferramenta de análise e avaliação de políticas públicas educacionais voltadas para a diversidade e inclusão.

O sucesso das políticas públicas de Estado, Institucionais e Pedagógicas, visando reparações, reconhecimento e valorização da identidade, cultura e da história dos negros brasileiros depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e para aprendizagens; em outras palavras, todos os estudantes negros e não negros, bem como seus professores, precisam sentir-se apoiados. Depende ainda de trabalho conjunto de articulação entre processos educativos escolares, políticas públicas e reconhecimento dessa necessidade de sermos reeducados para as relações étnico-raciais. (Brasil, 2004).

Após esse processo de investigação, sistematização e divulgação dos resultados a trajetória escolar dos jovens envolvidos será monitorada de modo a subsidiar análises do impacto da ação no que tange à proficiência e percurso acadêmico e profissional. Os



dados provenientes deste monitoramento serão a base para a construção de documento norteador para uma política educacional que considere as relações étnico-raciais como fator preponderante para a qualidade do ensino e equidade educacional.

O Projeto Ubuntu/Nupeaas dialoga, portanto, com as perspectivas teóricas de Boaventura de Sousa Santos no que tange à inserção de outras bases epistemológicas na organização da educação básica, e expressa um processo de descolonização curricular, conforme proposto pela pesquisadora Nilma Lino Gomes (2012).

Os projetos de iniciação científica a serem desenvolvidos, em 10 meses, pelos professores-orientadores e pelos discentes pesquisadores do ensino médio deverão se estruturar a partir do eixo central: cultura, história, trajetórias político-sociais e científicas dos africanos e descendentes em diáspora. A proposição desse eixo constitui o diferencial dessa proposta de iniciação científica, na medida em que contribui para a construção de novos conhecimentos.

Para tanto, os diversos aspectos socioculturais e políticos da história africana e afro-brasileira em diferentes partes do mundo deverão ser abordados a partir da reflexão e pesquisa sobre as seguintes vertentes analíticas:

- Cultura, memória e ancestralidade;
- Construção e fortalecimento das identidades afrodescendentes na contemporaneidade;
- Participação social, comunitária e política de combate ao racismo e discriminação racial;
- Africanidades, Ciências, Engenharias e Tecnologias.

Essas vertentes se revelam como lentes capazes de promover a tradução dos conteúdos escolares e aproximá-los da realidade dos estudantes, favorecendo a produção de outros saberes.

Os projetos de iniciação científica a serem desenvolvidos em cada escola, bem como o processo de monitoramento e avaliação das ações, deverão contemplar estratégias de continuidade dos trabalhos de iniciação científica, pesquisas e estudos dentro de cada escola a partir da perspectiva de incorporação da temática aos projetos pedagógicos desenvolvidos pela escola e do envolvimento dos demais discentes e docentes no processo inicial e em eventuais desdobramentos.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, dentro de um conjunto de ações voltadas para a promoção da equidade racial no contexto escolar, entende que a criação dos Núcleos de Pesquisa e Estudos Africanos, Afro-brasileiros e da Diáspora (NUPEAAs), por meio do Ubuntu/Nupeaas, contribuirá para o redimensionamento das estruturas educacionais, até então construídas em bases segregacionistas e homogeneizantes.

Ao fomentar estudos e pesquisas sobre a história e cultura africana e afro-brasileira espera-se contribuir para o desenvolvimento social dos jovens estudantes da Rede Estadual de Ensino, que poderão conhecer outras experiências de culturas, histórias e saberes inegavelmente silenciados em nossos currículos escolares. Ainda, o Ubuntu/Nupeaas visa contribuir para o desenvolvimento escolar, incentivar a continuidade dos estudos em outros níveis de ensino e subsidiar o processo de qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho.

Os NUPEAAs exercerão, dentro do contexto escolar, importante influência no processo de efetivação da implementação da Lei nº 10.639/03, que traz a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-brasileira nos currículos escolares da Educação Básica, do Parecer CNE/CP 003/2004 e da Resolução CNE 001/2004, que tratam das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira.

A SEE/MG também pretende contribuir para a formação continuada dos educadores para que, numa perspectiva reflexiva e acadêmica, estes promovam atitudes de respeito às culturas dos grupos étnico-raciais e sociais presentes na escola e de combate ao racismo. Espera-se que esses profissionais construam projetos pedagógicos e materiais didáticos que estabeleçam diálogo com as culturas africanas e afro-brasileiras. Espera-se, ainda, que o processo de construção e efetivação destes projetos pedagógicos contribua, também, para a formação do professor da Educação Básica como pesquisador favorecendo, assim, a valorização desse profissional e a ampliação de seus horizontes profissionais.

Por fim, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais pretende instrumentalizar a ação pedagógica de educadores e educadoras da Rede Pública, com o



intuito de promover uma educação que considere a diversidade étnico-racial do Brasil e estimule o combate às práticas racistas naturalizadas em nossa sociedade, sendo essa uma ação de caráter laboratorial que configurar-se como incubadora de uma política pública educacional para a diversidade.

Este caráter laboratorial do Ubuntu/Nupeaas revela-se, portanto, como elemento primordial para o campo de construção de políticas públicas educacionais com enfoque na diversidade étnico-racial e traz em si perspectivas para a sua formatação com metodologia de efetiva implementação da Lei 10.639/2003 no contexto escolar do ensino médio.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta T. S. *Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização*. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA. Brasília: MEC, 2004.

FERREIRA, Márcio Carvalho C. *A influência africana no processo de formação da cultura afro-brasileira*. Disponível em: <http://www.acordacultura.org.br/artigos/29082013/a-influencia-africana-no-processo-de-formacao-da-cultura-afro-brasileira>. Acessado em: 19 de agosto de 2016.

GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem Fronteiras*, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.

JUNIOR, Henrique Cunha. *Tecnologia africana na formação brasileira*. Rio de Janeiro. CeaP, 2010. Disponível em: <http://www.ifrj.edu.br/webfm_send/268>. Acessado em: 19 de agosto de 2016.

PANTOJA, S. *Uma antiga civilização africana: história da África Central ocidental*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011. P. 19.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa & MENESES, Maria Paula (Orgs). *Epistemologias do Sul*. 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo. Editora Cortez. 2010. 637 páginas.

*Recebido em outubro de 2017
Aprovado em novembro de 2017*